

## EDITORIAL

---

# Dossiê temático: Inovações Sociais e Experimentações Democráticas na Governança e nas Políticas Públicas

**Carolina Andion** 

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (UDESC-ESAG)

**Danilo Melo** 

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (UDESC-CESFI)

**Flávia de Paula Duque Brasil** 

Fundação João Pinheiro (FJP)  
Escola de Governo

**Gustavo Costa de Souza** 

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ-IPPUR)

DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2025v10n1.74759>

## 1. INTRODUÇÃO

Este dossiê da Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI) tem como objetivo destacar e promover discussões sobre dinâmicas de inovação social e práticas experimentalistas que visam fortalecer a democracia e aprimorar a governança para a transformação socioambiental. Sua organização resulta da nossa motivação, enquanto editores convidados, de publicizar e ampliar o debate em torno dos trabalhos apresentados na Sessão Temática (ST) de mesmo nome organizada por nós em duas edições do Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ENEPECP) em 2021 e 2023. O dossiê reúne os melhores trabalhos apresentados que passaram por um extenso e criterioso processo de avaliação por pares pela RPPI, além de um texto convidado dos professores Christopher Ansell, do departamento de ciência política Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, e Jacob Torfing da Escola de Governança da Universidade de Roskilde, na Dinamarca, publicado originalmente em 2021 na revista *Policy & Politics*, cuja tradução em português foi autorizada pelos autores e pela revista especialmente para este dossiê.

Antes de comentar cada um dos textos e suas contribuições, gostaríamos de introduzir com este editorial as lentes epistêmica, analítica e axiológica que animaram a proposição da ST e deste dossiê, os quais compõem alguns dos frutos de uma longa agenda de pesquisa colaborativa que vem sendo tecida por nós e nossos grupos e equipes de pesquisa em torno da inovação social e do experimentalismo democrático no Campo de Públicas no Brasil. Com ancoragem numa lente pragmatista e crítica, este diálogo interdisciplinar e interinstitucional tem sido promovido com colegas de várias regiões do Brasil e de diversos países. Este editorial inicia, então, abordando o tempo presente e os desafios colocados por um cenário de múltiplas crises que se sobrepõem a problemas públicos históricos e multifacetados no país. Tal cenário impõe negociação, co-criação e prática de novas formas de produção e consumo, além de novos padrões de conexão entre o Estado, o mercado, a sociedade civil e a academia; em suma, demanda novas formas de interagir entre nós, nas organizações e instituições, e com os meios de vida.

A partir desta contextualização, adentramos a abordagem que adotamos da inovação social compreendendo-a na sua relação com a democracia, a partir da noção de experimentalismo democrático, e como esta pode ajudar não só a enriquecer ou adjetivar, mas a ressignificar a noção de inovação, na sua concepção clássica.

É a partir desta compreensão que introduzimos os textos aqui apresentados, na sequência, os quais trazem um debate plural sobre as inovações sociais, a partir de diversas experiências e em diferentes âmbitos das políticas públicas e da governança, servindo de inspiração tanto para as práticas, quanto para novos estudos no campo de públicas.

## **2. A LIÇÃO SABEMOS DE COR, SÓ NOS RESTA APRENDER... OU EXPERIMENTAR?**

O debate sobre o impacto das atividades humanas sobre a vida no planeta completa mais de meio século, desde o surgimento de obras seminais – como a Primavera Silenciosa (Carson, 1962) e os Limites do Crescimento (Meadows et al., 1972) – que serviram como “lançadores de alerta” (Chateauraynaud, 2011) em relação aos efeitos nocivos do crescimento econômico sem limites e anteciparam algumas das consequências da crise ecológica que estamos vivendo.

Desde então, este debate avançou muito nos campos científico, da política e da opinião pública. Hoje há um vasto reconhecimento e publicização de evidências científicas que revelam o impacto humano sobre o sistema terrestre e a sua biosfera em escala planetária (Folke et al., 2021). Destacam-se, especialmente, os sucessivos relatórios cada vez mais precisos publicados, desde 1990, pelo Painel Internacional de Mudanças Climáticas (IPCC) que demonstram os impactos das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) nas múltiplas formas e esferas de vida no planeta.

Há também uma ampliação e diversificação de políticas públicas, convenções, leis, dispositivos e instituições que visam responder à crise ecológica. Inicialmente voltados para conservação e preservação ambiental (Catton e Dunlap, 1978), a partir da Convenção Global do Clima, na ECO 1992,

novos repertórios e princípios são criados como o da precaução e do poluidor pagador. Com Protocolo de Kyoto, em 1997, a preocupação se volta também para à mitigação, com a diminuição de emissões de GEE, e à adaptação, invocando novas formas de lidar e responder aos riscos que já são vividos e mais intensos em algumas partes do planeta, especialmente entre os mais vulneráveis.

Sustentabilidade vai então se tornar uma palavra “guarda-chuva” no debate público, nos campos científico, político e da mídia, tornando-se quase uma unanimidade. Então poderíamos supor que a ampliação do conhecimento, a institucionalização e a produção de um consenso na opinião pública seriam aspectos mais do que suficientes para se mudar o curso nestes mais de sessenta anos de história.

Entretanto, infelizmente, os fatos demonstram que não. Como nos mostra o último relatório do IPCC (2023), existem grandes *gaps* entre as previsões e o que de fato se tem alcançado. A velocidade e a quantidade das ações de mitigação e as desigualdades em termos de adaptação nas várias regiões do planeta têm feito com que as mudanças climáticas já sejam irreversíveis e a janela de tempo, para construir saídas para que o planeta seja habitável até 2100, torna-se cada vez mais reduzida. Para além disso, aumenta o fosso das desigualdades estruturais já existentes entre e dentro dos países, ampliada pelo que hoje se chama de “injustiça climática”, já que essas injustiças se somam a outras que já sofrem as populações mais vulneráveis, as quais têm menos meios de responder aos riscos e demais impactos da crise climática.

Tais dados nos alertam para o fato de que por trás do discurso da “sustentabilidade” se esconde, muitas vezes, uma inércia e um enfraquecimento da crítica e da ação sobre as causas e os efeitos da crise e dos próprios rumos tomados pelas sociedades capitalistas e seus efeitos (Berkes, Colding e Folke, 2002; Boltalski e Chiapello, 1999). Ainda, na atualidade emergem posturas mais extremas que tentam mascarar e “disputar os fatos”, por meio de narrativas negacionistas e/ou escapistas (Latour, 2020) que se reforçam com a proliferação e articulação de governos populistas e de extrema direita em várias partes do mundo. Tais realidades são ainda mais críticas nos países do Sul, já que se somam a problemas públicos e desigualdades estruturais e históricas, tornando os desafios mais robustos e complexos.

Para aqueles que acompanharam ou não a trajetória destas mais de cinco décadas de debate científico e de política socioambiental, cada vez torna-se mais evidente, que não basta saber a lição, é preciso aprender, como exprime o poeta Beto Guedes em sua canção, e indo mais além, experimentar para transformar práticas sociais, hábitos e formas de viver, visando mudar o curso dessa trajetória e garantir a vida no planeta e o Bem Viver nos territórios.

### **3. DA INOVAÇÃO À INOVAÇÃO SOCIAL**

O panorama que discutimos brevemente até aqui não apenas nos convida, mais ainda, nos impele a repensar as formas tradicionais de “inovar”. Propomos, então, uma outra mirada para a inovação, entendida aqui, com inspiração no pragmatismo crítico de John Dewey, enquanto forma de instituir,

ou seja, de favorecer a democracia para transformar as realidades (em suas diferentes dimensões), tendo em vista os fins desejados. Neste sentido, tal interpretação, se distingue da noção de inovação pioneiramente tratada na economia por Joseph Schumpeter, enquanto motor do desenvolvimento econômico ou dos ciclos econômicos, por meio da “destruição criativa” promovida principalmente pelo empreendedor.

Mudar o curso da trajetória e enfrentar os desafios do tempo presente, exige ir além do combate ao “aquecimento global”. Implica ir além da diminuição de alguns graus na temperatura e mudar as estatísticas, trata-se de produzir mudanças transformadoras. Diante disso, a noção de inovação social assume uma centralidade. Não apenas para adjetivar a inovação, atribuindo-lhe qualidade do que comumente se atribui ao social – como se houvesse um social em si mesmo, o que sabemos que é uma falácia (Latour, 2012) –, mas para atribuir à inovação um novo significado. Como discute a Declaração de Viena para a Inovação Social - um marco nesta nova compreensão em âmbito global - trata-se aqui de considerar a inovação social enquanto novo paradigma da inovação (Vienna Declaration, 2011).

A inovação social se coloca assim como uma chave analítica para compreender as mudanças produzidas nas interações sociais e também as transações com a natureza e, portanto, está aqui intrinsecamente ligada à noção de democracia enquanto modo de vida, conforme concebida por John Dewey. Como discutem Andion et al. (2017), com inspiração nesta perspectiva, a inovação social se coloca assim como uma noção central para compreender a formação dos públicos enquanto coletivos capazes de influenciar nos rumos das instituições e das sociedades do qual fazem parte, tornando-as mais autônomas e, portanto, mais democráticas. Este processo se reforça, na medida em que as possibilidades de experimentar a democracia ou de exercitar o “poder com”, no sentido atribuído por Follett (1918 e 1924), sejam mais prováveis. Isto nos leva às relações entre inovação social e os modos de governança, já que as formas de governança, mais ou menos democráticas, poderão ser vetores de estímulo ou empecilhos para que a inovação social emerja.

#### **4. INOVAÇÕES SOCIAIS E EXPERIMENTAÇÕES DEMOCRÁTICAS NA GOVERNANÇA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Mas quais as relações desta discussão com o Campo de Públicas? A intenção deste dossiê é justamente trazer esta pergunta para o debate e avançar em alguns caminhos de resposta. Em particular, interessa-nos colocar luz na governança pública, focalizando as interações socioestatais e seus desafios, e como esta pode ser geradora de ecossistemas mais ou menos férteis para as inovações sociais e as experimentações democráticas e para as transformações socioambientais nos territórios.

Os artigos do dossiê exploram essa pergunta de diferentes maneiras, trazendo reflexões teóricas e empíricas. Destacam-se os trabalhos oriundos dos Observatórios de Inovação Social que se colocam como plataformas para reforçar e incentivar a co-criação em ecossistemas de inovação social de diversas regiões do país. Estes surgem a partir da experiência precursora do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) (Andion, 2021) e

hoje se constituem numa rede para favorecer a inovação social na ciência e nas políticas públicas, de forma articulada com parceiros nacionais e internacionais.

O primeiro artigo de autoria de Ansell e Torfing (2025), parceiros nesta rede, discute a noção de co-criação e a sua importância para pensar um novo tipo de governança: a generativa. Para delimitar o conceito, eles o diferenciam da coprodução que tradicionalmente está relacionada à introdução dos usuários, enquanto agentes ativos na entrega do serviço público, envolvendo uma “governança colaborativa”, geralmente solicitada pelos servidores públicos. Já a co-criação relaciona-se a processos mais espontâneos, abertos e não solicitados. Na co-criação enfatiza-se a natureza distribuída da inovação, trazendo junto inovação pública e inovação social com um propósito de criar valor público. Neste sentido, a co-criação traz à tona um novo tipo de governança generativa que incentiva a emergência de interações produtivas entre os diferentes atores.

O artigo de Gianella e Ferrarini (2025) também focaliza a noção de co-criação, agora empiricamente, relacionando-a ao experimentalismo democrático, a partir de estudo de caso na cidade de Porto Alegre. O estudo parte de uma discussão sobre a crise democrática atual em contraste com experiências participativas produzidas além das fronteiras institucionais que indicam formas de fortalecimento da democracia local. O artigo analisa o Congresso Popular de Educação para a Cidadania (CPEC), realizado em Porto Alegre, desde 2022, por coletivos cidadãos em comunidades periféricas, enquanto um processo de experimentação democrática de co-criação de espaços políticos entre diferentes, indagando suas potências e limites para a inclusão de vozes periféricas na democratização da cidade. O estudo empregou metodologias de participação observante, entrevistas individuais e grupais com articuladores dos coletivos atuantes no CPEC, bem como análise de relatórios e materiais audiovisuais, a fim de descrever e discutir a experiência do CPEC na produção de mobilização, participação e pertencimentos, transformação pessoal e social, e sua configuração como rede subterrânea de vínculos sociais e capacidades sociopolíticas que tendem a compor parte da base de uma nova geração de inovações democráticas em Porto Alegre.

Witt, Andion e Manoel (2025), por sua vez, adotam uma perspectiva pragmatista crítica de análise da governança pública e buscam entender as relações entre a governança e a inovação social em dois campos de política pública na cidade de Florianópolis: o da garantia de direitos das crianças e adolescentes e da agricultura urbana. O trabalho desenvolve um enfoque analítico original para compreender os regimes de governança pública na prática, entendendo-os a partir de configurações relacionais (espacial e temporalmente situadas), envolvendo: atores, relações, posições, recursos e dispositivos. A partir dessa compreensão, os autores propõem um “caleidoscópio da governança” para desvendar a configuração da governança nas duas arenas públicas estudadas. A coleta de dados é realizada por meio de cartografia e de etnografia das arenas públicas no quadro do Observatório de Inovação Social de Florianópolis com triangulação de diferentes métodos como observação direta e participante, entrevistas e análise de documentos e da mídia. Os resultados revelam diversas arenas públicas, suas ecologias

políticas e configurações relacionais, o que vai exercer influência na atuação da sociedade civil, nas interações socioestatais e nas dinâmicas de inovação social coproduzidas.

O artigo de Santo et al (2025) aborda a experiência de criação e implementação do Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON), em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. A experiência alicerça-se na metodologia precursora construída pelo OBISF (Andion, Alperstedt e Graeff, 2020), articulando-a com a perspectiva decolonial do Bem Viver. O trabalho contribui para a abordagem das inovações sociais e de seus ecossistemas, levando em conta as formas de vida e de governança no contexto latino-americano. Os autores propõem uma leitura transdisciplinar da perspectiva do Bem Viver, apoiada nas inovações sociais na linha pragmatista, tendo em vista a promoção da participação democrática dos atores da sociedade civil, o fortalecimento dos laços comunitários locais e a reconfiguração da relação com a natureza. Em seu percurso, no âmbito teórico, o trabalho discute o conceito de Bem Viver, a partir da pluralidade de concepções e cosmovisões dos povos latino-americanos e amazônicos, sustentando a possibilidade de encampar essa perspectiva para repensar o desenvolvimento sob bases alternativas, democráticas, pluriculturais e decoloniais. Em seguida, aborda a inovação social como vetor de transformação social e sua abordagem à luz do pragmatismo, promovendo um diálogo entre as duas vertentes. Por fim, a pesquisa destaca o papel dos atores da sociedade civil e apresenta o ecossistema de inovação social na fronteira Brasil-Bolívia, nos moldes da metodologia adotada, identificando e visibilizando os problemas públicos do território e as práticas dos diversos atores, mapeando suas interações. Recorrendo ao conceito de arenas públicas (Cefai 2007), examinam-se, então, as arenas das Mulheres, da Merenda Escolar, do Acolhimento aos Imigrantes e Refugiados, da Educação Antirracista e das Comunidades Quilombolas.

O trabalho de Souza, Silva Júnior e Assis (2025) trata da experiência de implementação do Observatório de Inovação Social de Petrópolis-RJ, também inspirado no enfoque analítico e metodológico do OBISF (Andion, Alperstedt e Graeff, 2020). Os autores apresentam e analisam os resultados iniciais da pesquisa cartográfica que identificou atores envolvidos com a produção de inovações sociais na cidade. No plano teórico, o artigo inicia com uma discussão acerca das limitações da perspectiva positivista predominante no estudo das políticas públicas e das contribuições das abordagens interpretativistas mais afinadas com a crítica pragmatista para os processos de participação nas políticas públicas. Uma breve contextualização sócio-histórica da cidade é apresentada, com base em mapas que ilustram alguns problemas de ordem ambiental e dos processos de distribuição populacional relacionados, explicitando a divisão desigual de raça, classe e riscos de eventos climáticos no município. Por fim, são apresentados resultados preliminares das entrevistas realizadas com alguns atores do ecossistemas de inovação social, nos quais são abordados os principais problemas públicos, os dilemas da incidência nas políticas públicas municipais e os desafios da participação social.

O trabalho de Marcondes e Teixeira (2025) lança o olhar para as capacidades estatais e para a transversalidade das políticas públicas, com

vistas à inclusão de pessoas com deficiência. A partir de um resgate histórico sobre os avanços e limitações na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, o artigo destaca a necessidade de desenvolver capacidades institucionais para a efetivação dessas políticas. Neste sentido, o papel da articulação socioestatal transversal de instâncias e mecanismos de gestão e participação para forjar um ecossistema de inovação social faz-se fundamental. A partir de uma análise das capacidades institucionais formalmente estabelecidas no estado do Rio Grande do Norte (de 2003 a 2023), a pesquisa descreve avanços limitados e desafios persistentes, marcados por iniciativas isoladas e falta de priorização nas políticas públicas para as pessoas com deficiência. O trabalho provoca uma reflexão sobre as relações interfederativas, destacando os impactos do alinhamento político entre os governos federal e estadual e a fragilidade das capacidades institucionais no que tange à transversalidade referente a estas políticas.

Ainda com foco na atuação governamental, o estudo de Soares (2025) explora criticamente a noção de governança pública, utilizando a leitura da redução sociológica de Guerreiro Ramos, para analisar a implementação e os desdobramentos do Decreto 9.203/2017 que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O artigo mostra o deslocamento produzido pelo decreto no sentido atribuído à governança pública que vai estar atrelado à dimensão institucional do fenômeno e a eficiência governamental, focalizando a inovação pública num sentido estrito, mas sem considerar a agregação de valor público e às políticas públicas e sua interface com a inovação social.

O trabalho de Costa e Fonseca (2025) analisa o perfil dos empreendimentos da economia solidária no município de Araraquara e os impactos sofridos a partir da pandemia do COVID-19. O artigo contrapõe os impactos da pandemia nas dinâmicas de criação e fortalecimento versus fragilização e encerramento dos empreendimentos. Se, por um lado, a pandemia causou a morte de muitos empreendimentos, por outro, a mobilização de iniciativas comunitárias permitiu o enfrentamento das mazelas da pandemia, com destaque para as iniciativas relacionadas à produção de equipamentos de proteção individual (EPIs) e alimentos. A pesquisa analisou múltiplos casos, oferecendo uma descrição sobre a dinâmica da economia solidária no município em um contexto desafiador advindo do cenário de instabilidade política, social e econômica criado pela pandemia. Dentre as reflexões provocadas pelo trabalho, destaca-se o debate sobre a solidariedade dos grupos e empreendimentos de economia solidária em criar meios de prevenção em um ambiente conflagrado por crises e os desafios da institucionalização.

Tratando de risco e desastre, Almeida e Teodósio (2025) discutem o direito à cidade a partir da análise do caso do colapso da barragem minerária de Brumadinho, ocorrido em 2019, com impactos multidimensionais e de grande magnitude que se perpetuam, comprometendo o meio ambiente e os modos de vida da população afetada, além da perda de 272 vidas. O trabalho apoia-se na perspectiva pragmatista, a partir de Andion e Magalhães (2021), tendo em vista a abordagem dos atores sociais que se organizam e se mobilizam em busca de seus direitos. O desenvolvimento do trabalho parte da contextualização de Brumadinho e da discussão sobre mineração, seus

impactos e a minerodependência. A metodologia foi concebida na perspectiva de pesquisa engajada, envolvendo recursos diversos para abordagem das comunidades ribeirinhas, localizadas às margens do Rio Paraopeba. A análise voltou-se para os atores coletivos e suas ações, para além da participação institucionalizada, destacando o protagonismo de movimentos sociais locais e de lideranças femininas na busca por direitos e nas práticas de resistência.

Finalmente, o estudo de Silva et al (2025) analisa experimentações democráticas no âmbito de candidaturas e mandatos coletivos em Belo Horizonte, com recorte entre 2016-2022, apresentando potencialidades e desafios. A partir de metodologia qualitativa, ao abordar casos locais, o artigo analisa composição, agendas e propostas, formas de participação no âmbito dos mandatos, e destaca potencialidades e desafios para promover participação, favorecer o controle social e fortalecer vínculos entre parlamentares e os movimentos sociais. O artigo apresenta, então, reflexões em torno das experiências de candidaturas e mandatos coletivos enquanto experimentações democráticas que visam promover a ampliação da participação social e deliberação nos espaços institucionais no legislativo, frente às crises em torno da representação tradicional.

Para concluir, gostaríamos de agradecer a RPPI pela confiança e pelo espaço para aprofundar o debate, crítico e reflexivo, sobre uma temática ainda pouco explorada no Campo de Públicas no Brasil: da inovação social e sua relação com a governança e as políticas públicas. Como resultado este dossiê traz uma amostra da riqueza, qualidade e da contribuição do Campo de Públicas para a agenda de pesquisa em inovação social e do experimentalismo democrático, a partir de diferentes recortes, seja dos ecossistemas de inovação social, das arenas públicas, da governança e das interações socioestatais, da administração pública, do legislativo, das políticas públicas ou ainda para situações/setores específicos como aqueles que envolvem riscos e desastres, economia solidária, entre outros. Desejamos que este número seja muito acessado e inspire os leitores a avançar nas pesquisas e estudos, e na sua prática na gestão pública e das políticas públicas, ajudando a criar espaços, organizações e territórios mais propícios à co-criação, ao experimentalismo democrático e à inovação social.

A equipe de editores do dossiê temático deseja a todos e todas uma excelente leitura!

## REFERÊNCIAS

Andion, C. (2021). L'Observatoire d'innovation sociale de Florianópolis, Santa Catarina, Brésil. Enqueter et experimenter au coeur de la vie civique. *Pragmata*, 4, p. 624-667.

Andion, C., Alperstedt, G. D., & Graeff, J. F. (2020). Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 181–200.

Andion, C., & Magalhães, T. (2021). (Re) Aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. *Sociedade e Estado*, 36(02), 513–543.

Andion, C.; Ronconi, L.; Moraes, R. L.; Gonsalves, A. K. R.; Serafim, L. B. D. (2017). Sociedade Civil e Inovação Social na Esfera Pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, (51)3, 369-387.

Berkes, F., Colding, J., & Folke, C. (Eds.). (2003). *Navigating Social-Ecological Systems: Building Resilience for Complexity and Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

Boltanski, L., & Chiapello, È. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.

Carson R. (1962). *Silent Spring*. Boston, Houghton Mifflin.

Catton W. R. Jr., Dunlap R. E. (1978). *Environmental sociology: A new paradigm*. *The American Sociologist*, 13(1), 41-49.

Cefaï, D. (2017) Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1). *Novos Estudos – Cebrap*,36(1), 187-214.

Chateauraynaud, F. (2011). *Argumenter dans un champ de forces: Essai de balistique sociologique*. Paris: Pétra.

Dewey, J. [1927] (1954). *The public and its problems*. Chicago: The Swallow Press.

Folke, C., Haider, L. J., Lade, S. J., Norström, A. V., & Rocha, J. (2021). Commentary: Resilience and Social-Ecological Systems: A Handful of Frontiers. *Global Environmental Change*, 71, Article 102400.

Follett, M. P. (1918). *The New State: Group Organization the Solution of Popular Government*. New York: Longmans, Green and Co.

Follett, M. P. (1924). *Creative Experience*. New York: Peter Smith.

IPCC CLIMATE CHANGE (2023). *Synthesis Report Summary for Policymakers*. Recuperado de <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator Rede*. Salvador: EDUFBA.

Latour, B. (2020). *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Magalhães, T., Andion, C., & Alperstedt, G. D. (2020). Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(spe), 680–696.

Meadows, D. H. *et. al.* (1972). *The limits to growth*. New York, Potomac.

Vienna Declaration (2011). The Most Relevant Topics in Social Innovation Research. Concluding resolution provided by the conference “Challenge Social Innovation. Innovating Innovation by Research – 100 Years after Schumpeter.